

a. Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da ESC Energia S.A., sociedade constituída com objetivo principal de atuar como sociedade de participações (Holding) de instituições não financeiras, com participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras na qualidade de sócia ou de qualquer outra forma, submete à apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras individuais referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia esclarece que não emitiu debêntures durante o exercício e que não emitiu ou recomprou debêntures anteriormente emitidas.

A Companhia não registou receita operacional em 2021 e 2020. O lucro operacional aumentou em 30,1% quando comparado ao lucro do exercício anterior. Do lucro apurado, a Companhia destinou R\$ 48.501 mil para reserva legal, R\$ 230.379 mil para dividendo mínimo obrigatório e R\$ 697.087 para dividendo adicional proposto.

A Administração

ESC ENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2021	2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	8.1	3.211	1.030
Dividendos a receber	6	-	175.775
Tributos a compensar		105	79
Total do ativo circulante		3.316	176.884
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos	4	3.049.223	2.798.137
Total do ativo não circulante		3.049.223	2.798.137
Total do ativo		3.052.539	2.975.021

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

ESC ENERGIA S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
 (Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2021	2020
CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social a recolher	5	20	1
Dividendos a pagar	6	242.447	177.062
Outras contas a pagar	6	-	16
Total do passivo circulante		242.467	177.079
NÃO CIRCULANTE			
Outras contas a pagar	6	58	-
Total do passivo circulante		58	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social		1.263.587	1.263.587
Reserva legal		200.815	152.314
Reserva de capital		66.275	66.757
Retenção de lucros		1.051.786	1.214.794
Reservas de lucros a realizar		2.010	2.010
Resultado abrangente acumulado		(471.545)	(438.067)
Dividendo adicional proposto		697.087	536.547
Total do patrimônio líquido	7	2.810.014	2.797.942
Total do passivo e patrimônio líquido		3.052.539	2.975.021

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

ESC ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas		(24)	(15)
Resultado da equivalência patrimonial	4.1	969.775	745.531
LUCRO OPERACIONAL		<u>969.751</u>	<u>745.516</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		337	11
		<u>337</u>	<u>11</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		970.088	745.527
Contribuição social	5	(20)	(1)
Imposto de renda	5	(50)	(1)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>970.018</u>	<u>745.525</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

ESC ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	970.018	745.525
Itens que não serão reclassificados posteriormente para resultado		
Resultado abrangente do exercício reflexo sobre os investimentos da Companhia	(27.736)	(81.508)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>942.282</u>	<u>664.017</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

ESC ENERGIA S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Reserva de lucros					Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva de lucros não realizados				
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.263.587	67.330	115.037	1.214.244	2.010	282.942	(351.368)	-	2.593.782
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	(81.508)	745.525	664.017
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	745.525	745.525
Resultado abrangente do exercício reflexo sobre os investimentos	-	-	-	-	-	-	(81.508)	-	(81.508)
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	37.276	550	-	(550)	(5.190)	(32.086)	-
Resultado abrangente do exercício reflexo sobre os investimentos	-	-	-	-	-	-	(5.190)	5.190	-
Constituição de reserva legal	-	-	37.276	-	-	-	-	(37.276)	-
Ajuste de dividendo adicional em AGE	-	-	-	550	-	(550)	-	-	-
Transações de capital com os acionistas	-	(574)	-	-	-	254.155	-	(713.439)	(459.858)
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	(574)	-	-	-	-	-	-	(574)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	536.547	-	(536.547)	-
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	170	170
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(177.062)	(177.062)
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	(282.392)	-	-	(282.392)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.263.587	66.757	152.314	1.214.794	2.010	536.547	(438.067)	-	2.797.941
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	(27.736)	970.018	942.282
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	970.018	970.018
Resultado abrangente do exercício reflexo sobre os investimentos	-	-	-	-	-	-	(27.736)	-	(27.736)
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	48.501	-	-	-	(5.742)	(42.759)	-
Resultado abrangente do exercício reflexo sobre os investimentos	-	-	-	-	-	-	(5.742)	5.742	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	48.501	-	-	-	-	(48.501)	-
Transações de capital com os acionistas	-	(482)	-	(163.009)	-	160.540	-	(927.259)	(930.209)
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	(482)	-	-	-	-	-	-	(482)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	697.087	-	(697.087)	-
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	207	207
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(230.379)	(230.379)
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	(163.009)	-	(536.547)	-	-	(699.555)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.263.587	66.275	200.815	1.051.786	2.010	697.087	(471.545)	-	2.810.014

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

ESC ENERGIA S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(Em milhares de reais - R\$)**

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes dos impostos de renda e contribuição social	970.088	745.525
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:		
Resultado de equivalência patrimonial	<u>(969.775)</u>	<u>(745.531)</u>
	313	(6)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Impostos a recuperar	(26)	(3)
Outros ativos operacionais	-	1
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social pagos	19	-
Outros passivos operacionais	(28)	16
Dividendos recebidos	<u>866.454</u>	<u>421.583</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	866.732	421.592
Atividades de financiamento		
Dividendos pagos	<u>(864.550)</u>	<u>(421.033)</u>
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(864.550)	(421.033)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.182	559
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.030	471
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>3.211</u>	<u>1.030</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.182	559

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

ESC ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ESC Energia S.A. (“ESC” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída com o objetivo principal de participar no capital de outras sociedades e na administração de bens e negócios próprios ou de terceiros, localizada em Campinas - SP - Brasil.

A Companhia possui participação direta de 20,135% no grupo CPFL Energia que atua no segmento de distribuição, geração, comercialização e transmissão de energia elétrica, além da prestação de serviços voltados para o setor, atuando no Brasil.

1.1 Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando e implementando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e sua investida, e considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seus negócios, para o ano findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu que não houve impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

O efeito financeiro e econômico para a Companhia e sua investida ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 25 de abril de 2022.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo, quando aplicável

2.3. Moeda funcional moeda e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real (R\$), mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados

2.4. Participações societárias

O investimento na CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia") é registrado pelo método de equivalência patrimonial e são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas.

3.2 Impostos de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.3 Dividendo

De acordo com a legislação brasileira, a investida é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendo obrigatório, em cada exercício, de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido respectivo. Fica a cargo dos acionistas a definição tempestiva da alocação dos resultados adicionais ao previsto no estatuto.

3.4 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia possui ativos financeiros classificados como (i) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado) e (ii) ativos a custo amortizado (esses ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui passivos financeiros classificados como:

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, classificados pela Companhia como outros passivos financeiros. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis a transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 8.

3.5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

Determinação de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

O Grupo está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)), no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- o Alterações de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06).
- o Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

4. INVESTIMENTO

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Participação no patrimônio líquido da CPFL Energia S.A.	3.076.935	2.831.058
Lucro não realizado entre entidades sobre controle comum (*)	<u>(27.712)</u>	<u>(32.920)</u>
Participação no patrimônio líquido apresentado	<u>3.049.223</u>	<u>2.798.137</u>

(*). Este saldo refere-se à eliminação de lucros nas empresas RGE Distribuidora de Energia S.A., SEMESA S.A. (posteriormente incorporada pela CPFL Geração de Energia S.A.), CPFL Geração de Energia S.A. e Companhia Paulista de Força e Luz por conta do processo de reorganização societária ocorrido em 2001, conforme estabelecido nos contratos de concessão entre as empresas subsidiárias e a agência reguladora ANEEL.

Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial:

Investimentos	Quantidade (Mil) de ações emitidas pela subsidiária	% de participação	31/12/2021				31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
			Total do ativo	Capital Social	Patrimônio Líquido	Resultado do Período	Participação no patrimônio líquido	Resultado de Equivalência patrimonial		
CPFL Energia	1.152.254	20,315%	15.227.134	9.388.071	15.146.202	4.748.049	3.076.935	2.831.058	964.566	740.106
Apropriação de lucros não realizados							(27.712)	(32.920)	5.209	5.425
Total participações societárias							<u>3.049.223</u>	<u>2.798.137</u>	<u>969.775</u>	<u>745.531</u>

4.1. Movimentação do investimento

A movimentação dos saldos de investimento nos exercícios de 2021 e 2020 são como seguem:

Investimento	Investimento em 31/12/2020	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Resultado Abrangente)	Dividendos	Redução de participação	Outros	Investimentos em 31/12/2021
CPFL Energia	2.798.137	969.775	(27.736)	(690.679)	(481)	207	3.049.223
Total	<u>2.798.137</u>	<u>969.775</u>	<u>(27.736)</u>	<u>(690.679)</u>	<u>(481)</u>	<u>207</u>	<u>3.049.223</u>

Investimento	Investimento em 31/12/2019	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Resultado Abrangente)	Dividendos	Redução de participação	Outros	Investimentos em 31/12/2020
CPFL Energia	2.601.475	745.531	(81.508)	(466.956)	(572)	167	2.798.137
Total	<u>2.601.475</u>	<u>745.531</u>	<u>(81.508)</u>	<u>(466.956)</u>	<u>(572)</u>	<u>167</u>	<u>2.798.137</u>

Outras operações relacionadas com o investimento

Refere-se principalmente a efeitos reflexos de: (i) alterações de participação e (ii) dividendos prescritos, ambos na CPFL Energia.

5. Impostos de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, está apresentada como segue:

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro antes da apuração de imposto de renda e da contribuição social	970.088	745.527
Exclusões		
Equivalência Patrimonial	(969.775)	(745.531)

Outras	(110)	-
Base tributável	203	(6)
Imposto de renda do exercício	(50)	(1)
Contribuição social do exercício	(20)	(1)

6. PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui como acionista a controladora direta State Grid Brazil Power Participações S.A., empresa controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo Circulante:		
Dividendos a receber - CPFL	-	175.775
Total do ativo circulante	-	175.775
Passivo Circulante		
Dividendos a pagar - SGBP	242.447	177.062
Outras contas a pagar -SGBP	-	16
Total do passivo circulante	242.447	177.078
Passivo Não Circulante		
Outras contas a pagar -SGBP	58	-
Total do passivo não circulante	58	-
Total passivo circulante e não circulante	242.505	352.854

As transações classificadas como outras contas a pagar referem-se principalmente à obrigação constituída referente ao pagamento de despesas da controlada pela controladora, que dentro do período estabelecido entre as partes será liquidada.

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 1.263.587 sendo representado por 1.042.392.615 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A participação dos acionistas no capital social está assim distribuída:

	Quantidade de ações			
	<u>2021</u>		<u>2020</u>	
Acionista	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
State Grid Brazil Power Participações S.A.	1.042.392.615	100%	1.042.392.615	100%

7.1 Reserva de capital

Refere-se basicamente ao (i) efeito de R\$ 14.428 registrado em 2013 e R\$ 43.899 registrado em 2014, ambos referentes à oferta pública de ações da então controlada indireta CPFL Renováveis que impactou em uma variação na participação societária registrada como Transações entre Acionistas; (ii) R\$ 7.585 registrado em 2019 referente a OPA da CPFL Energia; (iii) R\$ (574) registrado em 2020 referente a cisão da CPFL Geração e OPA da CPFL Renováveis; (iv) (482) registrado em 2021 referente a movimentações de subsidiárias da CPFL Renováveis; e (iv) outras movimentações de R\$ 1.419.

7.2 Reserva de lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.484.990, que compreende: (i) Reserva Legal de R\$ 200.815; (ii) Retenção de lucros de R\$ 1.051.786 e (iii) Reserva de lucros a realizar de R\$ 2.010.

7.3 Resultado abrangente acumulado

O resultado abrangente acumulado é composto pelo reflexo sobre o resultado abrangente da investida CPFL Energia, no montante negativo de R\$ 471.545

7.4 Dividendo

Na Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2021 foi aprovada a declaração de dividendo mínimo obrigatório de R\$ 177.062 e do dividendo adicional proposto de R\$ 536.547 referente ao exercício de 2020. Na Assembleia Geral Extraordinária de 7 de dezembro de 2021 foi aprovada a declaração de dividendo de R\$ 163.009 da reserva de retenção de lucros.

Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária.

	<u>R\$ mil</u>
Lucro Líquido do exercício	970.018
Realização do resultado abrangente	5.742
Dividendo prescrito	207
Lucro líquido base para destinação	975.967
Reserva legal	(48.501)
Dividendo mínimo obrigatório	(230.379)
Dividendo adicional proposto	(697.087)

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

8.1. Classificação e mensuração

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela companhia para cada instrumento.

O instrumento financeiro cujo valor contábil se aproxima dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras é o dividendo a pagar (passivo financeiro).

Os instrumentos financeiros classificados e mensurados como valor justo ao resultado são os saldos de caixa e equivalentes de caixa, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras, os

quais se resumem basicamente a saldos bancários. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio da definição de práticas, de estratégias e do estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não possui operações de derivativos.

8.2. Hierarquia de valor justo

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativos financeiros		
Valor justo contra o resultado (nível 1)		
Caixa e equivalentes de caixa	2.898	349
Valor justo contra o resultado (nível 2)		
Caixa e equivalentes de caixa	313	681

8.3. Risco de crédito:

É o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um rating de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou risco de que os títulos tivessem uma perda por redução ao valor recuperável, utilizando para 2021 e 2020 o critério de perdas esperadas.

8.4. Risco liquidez:

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. O passivo da Companhia é basicamente composto por saldo de dividendos, que por sua vez são liquidados considerando os fluxos de caixa oriundos dos dividendos a serem recebidos da investida CPFL Energia.

9. Eventos subsequentes

9.1. Informações sobre Oferta Pública de Ações (“OPA”)

Em fato relevante, divulgado em 7 de março de 2022, a investida CPFL Energia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi divulgado, nesta data, o “Edital de Oferta Pública Unificada de Aquisição de Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica” (“Edital”), contendo todos os termos e condições da oferta pública unificada de aquisição obrigatória de ações ordinárias por alienação de controle e de voluntária de ações preferenciais de emissão da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (“CEEE-T”) (“OPA”), que por sua vez foi realizada pela sua controlada CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda., em atendimento à obrigação de realização de oferta pública de aquisição em virtude de alienação do controle da CEEE-T, de acordo com o disposto no artigo 254-A da Lei das S.A., e na Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, observadas as regras estabelecidas na Instrução CVM no 361, de 5 de março de 2002. O registro da OPA e a autorização para sua

realização foram concedidos pela CVM por meio do Ofício no 93/2022/CVM/SRE/GER-1 de 25 de fevereiro de 2022.

Conforme indicado no Edital, o leilão da OPA foi realizado na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no dia 6 de abril de 2022, como resultado, a controlada do Grupo CPFL Energia, CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda. (“Ofertante”) adquiriu 3.095.570 (três milhões, noventa e cinco mil, quinhentas e setenta) ações ordinárias de emissão da CEEE-T, representativas de 32,56% (trinta e dois inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento) do total de ações ordinárias de emissão da CEEE-T, e 109.251 (cento e nove mil, duzentas e cinquenta e uma) ações preferenciais de emissão da CEEE-T, representativas de 72,08% (setenta e dois inteiros e oito centésimos por cento) do total de ações preferenciais de emissão da CEEE-T. As ações ordinárias e preferenciais foram adquiridas pelo preço unitário de R\$ 349,29 (trezentos e quarenta e nove reais e vinte e nove centavos), totalizando o valor de R\$ 1.119.411.927,09 (um bilhão, cento e dezenove milhões, quatrocentos e onze mil, novecentos e vinte e sete reais e nove centavos).

Após a liquidação financeira das aquisições realizadas no Leilão, a qual ocorreu em 8 de abril de 2022, restaram, 0,32% (trinta e dois centésimos por cento) de ações ordinárias e 27,20% (vinte e sete inteiros e vinte centésimos por cento) de ações preferencias da emissão da CEEE-T em livre circulação. Após a liquidação financeira da OPA, a Ofertante passou a ser titular de 9.586.729 (nove milhões, quinhentas e oitenta e seis mil, setecentas e vinte e nove) ações de emissão da CEEE-T, representativas de aproximadamente 99,26% (noventa e nove inteiros e vinte e seis centésimos por cento) do seu capital social total, sendo 9.476.391 (nove milhões, quatrocentas e setenta e seis mil, trezentas e noventa e uma) ações ordinárias, representativas de 99,68% (noventa e nove inteiros e sessenta e oito centésimos por cento) do total dessa espécie, e 110.338 (cento e dez mil, trezentas e trinta e oito) ações preferenciais, representativas de 72,80% (setenta e dois inteiros e oitenta centésimos por cento) do total dessa espécie.

DIRETORIA

Yunwei Liu
Diretor

Yuehui Pan
Diretor Vice-Presidente

CONTADORA

Katia Aparecida de Souza Abate
CRC SP-172089/O-8